CFESS Manifesta

15 de maio é o nosso dia, assistente social!

Brasília (DF), 15 de maio de 2025

Gestão Que Nossas Vozes Ecoem Vida-Liberdade (2023-2026)

CFESS
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
www.cfess.org.br

A GENTE DEFENDE JUSTIÇA AMBIENTAL PARA ENFRENTAR A DESIGUALDADE SOCIAL

"Há muito tempo não programo atividades para 'depois'. Não sabemos se estaremos vivos amanhã. Temos de parar de vender o amanhã. O amanhã não está à venda" (Aílton Krenak)

Em meio à destruição dos biomas brasileiros, ao aumento das queimadas e do desmatamento, ao avanço do agronegócio e da mineração, à seca histórica e às inundações e alagamentos em inúmeras cidades, o Serviço Social brasileiro realizou o 51º Encontro Nacional do mConjunto CFESS-CRESS, com o tema "O amanhã não está à venda: Resistências na luta anticapitalista diante da crise ambiental". Em 2024, durante o encontro, a cidade de Belo Horizonte, que o sediou, estava sob uma fumaça densa, longe de exibir o belo horizonte que deu origem ao seu nome. Naquele momento, a capital mineira era sufocada pelas queimadas criminosas constantes de várias partes do país.

Embebidas e embebidos pela conjuntura, inclusive como parte da democracia interna do Conjunto CFESS-CRESS, aprovamos o tema das comemorações do dia 15 de maio de 2025 e, acertadamente, optamos por "Serviço Social na luta por justiça ambiental para a diversidade de povos e biomas".

»»

Cabe registrar que, neste ano de 2025, teremos importantes oportunidades para denunciar a injustiça ambiental, como as Conferências do Meio Ambiente, as Conferências das Cidades e a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30), que ocorrerá em Belém (PA).

O agro não é pop, nem tech, nem tudo!

Para iniciar essa breve discussão, partimos do pressuposto de que a ruptura da relação entre ser social e a natureza se impõe nos marcos da sociedade capitalista, quando as expropriações provocadas por ela reificam e alienam a relação entre a sociedade humana e a diversidade dos demais seres da natureza. É a partir desta compreensão que buscamos tecer a relação da questão ambiental e a contradição entre capital e trabalho. Para ilustrar esta relação, pontuamos o crescimento da emissão de gases do efeito estufa a partir da Revolução Industrial, com previsão de aumentar ainda mais entre 2030 e 2052, em mais de 1,5°C - que era a previsão inicial. Essas alterações têm elevado a temperatura a níveis insuportáveis, ameaçando de forma contundente a vida na Terra.

Como parte desse cenário extremo, ondas de frio intenso nas áreas de influência do Ártico, chuvas torrenciais, como as que atingiram os estados do Acre, do Maranhão e do Rio Grande do Sul em 2024, têm se tornado cada vez mais frequentes em vários lugares do mundo, assim como o aumento da intensidade e da duração das secas, levando à desertificação de territórios, como ocorreu no estado do Piauí. Aliadas a uma distribuição desigual dos territórios, às situações de pobreza extrema e à ausência de proteção social, fazem emergir desastres, desencadeando situações de calamidade e, consequentemente, de refúgio e migração, que demandam a atuação de assistentes sociais em diferentes espaços.

A persistência na produção de produtos primários para exportação, o que alguns autores e autoras conceituam de neoextrativismo e/ou neocolonização, expressa que a aposta na produção de commodities para atender às necessidades das corporações permanece sendo uma medida adotada por países periféricos e dependentes, como o Brasil. Os investimentos em tecnologias para o aumento da produção de gêneros alimentícios possibilitaram a hegemonia do agronegócio. As sementes geneticamente modificadas, regadas com agrotóxicos, impuseram monoculturas em todo o país. Apesar da produção em larga escala de milho, soja e carne bovina, por exemplo, a existência de pessoas em situação de insegurança alimentar se mantém como parte desta dura realidade. A Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida vem denunciando, desde 2011, a perda de segurança e de soberania alimentar no Brasil. Além da eliminação da biodiversidade, esse modelo também vem sendo responsável pela contaminação dos solos, das águas, dos vegetais e até das chuvas, com consequências irreversíveis à saúde humana e animal. Portanto, o agro é destruição da biodiversidade da fauna e da flora dos biomas brasileiros, como tem acontecido com o Cerrado, particularmente na região centro-oeste do país. Ou com a nova fronteira agrícola do Matopiba, que envolve os estados do Maranhão, Tocantis, Piauí e Bahia, e tem como missão garantir a produção de grãos e fibras para exportação.

Ainda na esteira das comodities que são justificadas pela sua importância para o PIB do país, temos a economia mineral, atividade também colonial e, portanto, predatória. As serras e chapadas, que compõem paisagens exuberantes, há séculos são mineradas. É fundamental reforçar que a natureza não é uma fonte inesgotável ou um reservatório ilimitado de "recursos naturais" capazes de garantir o desenvolvimento econômico do país, como querem fazer parecer. O que ocorre é o contrário, conforme denunciado no informativo CFESS Manifesta de 2024, referente a Brumadinho "[...] na medida em

que geram lucro e riqueza, expressam seu caráter altamente destruidor, aniquilando bens naturais e levando sofrimento e morte para o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores". Como exemplo disso, pode-se destacar, no Brasil, o caso de Barcarena (PA) e a contaminação das águas da cidade por mercúrio, assim como os graves danos da empresa Braskem em Alagoas. E não custa lembrar que a economia mineral só funciona às custas de muita água.

A mineração, ao lado de outros megaprojetos, compõe o arsenal de destrutividade dos biomas, dos povos e comunidades tradicionais e de populações periféricas das grandes metrópoles, conforme é possível visualizar no Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (Fiocruz). A Amazônia foi o bioma que mais sofreu com queimadas em 2024. Em todo o território nacional, houve um aumento de 79% comparado ao ano de 2023, superando 30 milhões de hectares, alcançando a maioria dos biomas. No Cerrado, foram queimados aproximadamente 9,7 milhões de hectares, um aumento de 46% comparado aos seis últimos anos. Esse aumento também alcançou o Pantanal e a Mata Atlântica.

As injustiças ambientais, particularmente o racismo ambiental, resulta também em desigualdades sociais!

Os riscos e os danos causados pela degradação desenfreada da natureza têm escala mundial, mas é certo que não afeta toda a população de maneira igualitária, ou seja, os megaprojetos do capital e as alterações são globais, mas não são vividas da mesma forma pela população. As perdas são de diferentes proporções e dimensões, sobretudo para os povos e comunidades tradicionais e demais grupos racializados subalternamente da classe trabalhadora, que muitas vezes encontram, em áreas destinadas às atividades geradoras de graves impactos ambientais, os espaços de construção de suas moradias e de lazer. Problema que, há mais de um século, foi categorizado como racismo ambiental.

Nos países afro-indígenas colonizados, é possível identificar o racismo ambiental já naquele momento, em que os corpos humanos de indígenas, negras e negros vindos da África, e não humanos, foram superexplorados. E avançando na história do Brasil para o período da chamada "abolição", ficam explícitas as apropriações territoriais e as condições dadas à população "recém-liberta". A partir de uma política eugenista, as populações negras foram empurradas para os morros e para as nascentes periferias das metrópoles do século XIX. Sem a possibilidade da venda do seu trabalho "livre", precisaram desenvolver estratégias de sobrevivência nos cortiços e nas favelas. E até hoje são essas populações as enumeradas em tabelas de déficit habitacional, de saneamento básico e de mobilidade urbana.

São nos bairros periféricos, pretos e empobrecidos que se encontram os lixões, de onde essa população, em sua maioria formada por mulheres negras, retiram o sustento das suas famílias. Nestes territórios, os quais delimitam as zonas de sacrifício, onde também são estabelecidas as centrais de distribuição de energia com seus riscos e impactos, indústrias que emitem gases poluentes durante a noite, ou ainda onde se encontram os rios sobreviventes nas cidades, mas que logo se tornarão canais de esgotamento. Marcado também por ocupações "irregulares", esse contexto urbano e todas as suas contradições constituem terreno propício para a realização do trabalho de assistentes sociais, entre eles a regularização fundiária, uma luta histórica junto à política habitacional nos marcos do direito à cidade.

Não se pode deixar de mencionar o que talvez seja a mais contraditória das expressões e um dos maiores indicativos da intrínseca relação entre o agrário e o urbano em suas interfaces com as expressões da questão

ambiental e que exige atuação do serviço social: o quadro da fome, que assola grande parte da população brasileira. E apesar da sua conexão direta com a questão ambiental, nem sempre é percebida.

Garantir justiça ambiental é compromisso ético-político e bandeira de luta de assistentes sociais!

É preciso compreender que, para buscar saídas para a crise humanitária que vivemos, não basta reduzir o consumo doméstico de água e de energia ou destinar corretamente os resíduos. Ainda que essas medidas possam ser adotadas como expressões de cuidado com a natureza, é importante ter a consciência de que saídas individuais, do tipo 'reduza, reutilize, recicle e renove', estão localizadas na superfície dessa crise civilizatória e, portanto, são insuficientes para qualquer mudança significativa do sistema social no qual vivemos.

O nosso projeto de profissão convida a realizar articulações com os movimentos sociais, para alcançar um horizonte de justiça social que necessariamente é também ambiental, pois vimos que não existimos sem natureza em sua diversidade de seres. Para assistentes sociais que trabalham nas políticas ambientais, no planejamento urbano, em secretarias municipais e estaduais de habitação, de meio ambiente, para aquelas e aqueles que estão realizando os componentes socioeconômicos dos Estudos de Impacto Ambiental e os Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), talvez seja mais nítida a contradição entre capital, natureza e trabalho – entre produção, consumo e descarte. Mas temos um "desafio ético-político para o Serviço Social", parafraseando Silva (2010), qual seja: identificar e reconhecer, nos mais diversos espaços de trabalho (de saúde, de assistência social, de segurança alimentar e nutricional, de previdência social, de educação, dentre várias outras), as possíveis interlocuções das expressões da questão social com a ambiental e também encontrar nelas as saídas possíveis.

"Não existem biomas sem povos, nem povos sem biomas"

Diante do exposto, é importante refletirmos sobre quem são os grupos que cultivam e potencializam a vida dos biomas; sobre quem são as pessoas responsáveis pela manutenção das florestas, das águas e dos campos e sobre quem são essas pessoas que ocupam os espaços de riscos e quais são suas origens étnicas e raciais. É preciso destacar as relações entre os povos e os biomas e a importância recíproca entre eles. A diversidade "das gentes" também é de biomas presentes em todas as regiões do país e precisa ser valorizada e protegida em suas riquezas e potencialidades!

Nesse caminho de desvelar para transformar, os povos indígenas, quilombolas, camponesas e camponeses, ribeirinhas e ribeirinhos, pescadoras e pescadores, marisqueiras e marisqueiros e tantas outras comunidades tradicionais e grupos subalternizados vêm produzindo lutas e resistências como forma de tornar pública a exploração dos bens comuns ilimitados, a serviço da manutenção e da expansão do sistema capitalista, em detrimento do direito à vida no planeta. E para "adiar o fim do mundo" (Krenak, 2020) e evitar "a queda do céu" (Kopenawa, 2016), podemos e devemos dialogar bem mais com os saberes desses povos que mantiveram sua relação orgânica com a natureza. Além disso, os movimentos sociais do campo, comunidades tradicionais e tantos outros perpetuam uma forma de organização comunitária e coletiva, a qual também pode nos inspirar. O cultivo de alimentos em sistemas de agroflorestas e por meio da agroecologia, assim como a pesca artesanal, o extrativismo e o turismo comunitário, a reforma agrária popular, são respostas já em curso, que sinalizam caminhos opostos à máquina do capital, moedora de gente e da natureza. Portanto, cabe à categoria de assistentes sociais conhecer, visibilizar e se articular com todos estes movimentos, pois eles são possibilidades reais de fortalecimento da justiça ambiental.

CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

Gestão 2023-2026
Que nossas vozes ecoem vida-liberdade

Presidenta: Kelly Rodrigues Melatti (SP)
Vice-presidenta: Marciângela Gonçalves (AL)
1ª Secretária: Emilly Marques (ES)
2ª Secretária: Alana Barbosa Rodrigues (TO)
1º Tesoureiro: Agnaldo Engel Knevitz (RS)
2º Tesoureira: Larissa Gentil Lima (MT)

CONSELHO FISCAL
Jussara de Lima Ferreira (RJ)
Angelita Rangel Ferreira (MG)
Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA)

SUPLENTES
Ubiratan de Souza Dias Junior (SP)
Mirla Cisne Álvaro (RN)
Karen Albini (PR)
Tales Willyan Fornazier Moreira (MG)
Adriana Soares Dutra (RJ)
Iara Vanessa Fraga de Santana (CE)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

CFESS MANIFESTA
Assistente social, 15 de maio é o nosso dia! A gente defende justiça ambiental para combater a desigualdade social!
Conteúdo (aprovado pela diretoria): Gestão 'Que nossas vozes ecoem vida-liberdade'
Organização: Comunicação CFESS
Arte e diagramação: Rafael Werkema (assessor de comunicação)
Revisão: Diogo Adjuto (jornalista)
Fotos: Fotospublicas.com; Leopoldo Silva; Bruno Peres e Fabio Rodrigues-Pozzebom (Agência Brasil)